



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

05 de maio 2015



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 05/05/2015
Assunto: Protestos		Página: 11

DIÁRIO CATARINENSE

Sindicato desconsidera proposta do governo e cancela assembleia

UPIARA BOSCHI

upiara.boschi@diario.com.br

O comando de greve do sindicato dos professores (Sinte/SC) decidiu desconsiderar a proposta do governo estadual para o encerramento da greve dos professores e cancelar a assembleia marcada para amanhã, quando poderia ser colocado em votação o final da paralisação iniciada em 24 de março. Os sindicalistas avaliaram que o documento encaminhado pelo Centro Administrativo não oferece garantias aos grevistas ao condicio-

nar as negociações ao encerramento do movimento.

– Ou o governo negocia com a gente em greve ou vamos ficar em greve até o final do ano. Vão dizer que são poucos? Podem ser 10, nove, eu sozinho, não vamos voltar – afirma o coordenador do Sinte/SC, Luiz Carlos Vieira.

Embora não seja encarado como reabertura do diálogo, governo e Sinte voltaram a conversar na segunda-feira da semana passada quando foi realizada uma reunião intermediada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Naquele dia, foi acertado que o

sindicato apresentaria um documento com as condições para encerrar o movimento grevista. A proposta foi apresentada na terça-feira passada, incluindo a criação de uma mesa de negociações para discutir o novo plano de carreira, anistia a faltas e aplicação do reajuste de 13% dado ao piso salarial sobre toda a carreira.

ATO MARCADO PARA AMANHÃ

Na quinta-feira, o governo apresentou uma contraproposta admitindo a mesa de negociação, mas incluindo as demais deman-

das na pauta desse grupo de discussão. Os sindicalistas entendem que o governo repete o gesto de 2012, quando condicionou as negociações ao fim da greve que aconteceu naquele ano – o que não ocorreu.

Em vez da assembleia estadual marcada para amanhã, o Sinte/SC promoverá um ato na Praça Tancredo Neves, em Florianópolis, com a presença de professores grevistas de todas as regiões do sindicato.

A Secretaria de Estado da Educação informa que só vai se manifestar após ser notificada oficialmente pelo sindicato.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 05/05/2015

Assunto: Prêmio RBS de Educação

Página: 19

DIÁRIO CATARINENSE

Para a garotada entrar no mundo dos livros

Se a leitura é uma fonte inesgotável de prazer da qual muitos não bebem – como lamentou o poeta Carlos Drummond de Andrade –, as iniciativas que buscam estimular o interesse dos jovens pelos livros merecem destaque. E aqueles que trabalham para despertar essa sede nos alunos podem encontrar no 3º Prêmio RBS de Educação uma forma de reconhecimento e incentivo.

A premiação, que abriu suas inscrições ontem, é voltada para educadores – incluindo bibliotecários e diretores de escolas, entre outros – de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e que desenvolvem práticas de mediação entre leitores e textos. Ou seja: que guiam os jovens à leitura. E os próprios estudantes também podem participar, já que uma das categorias do evento é dedicada a jovens protagonistas que propõem um projeto de incentivo à leitura entre os colegas.

Podem concorrer projetos de todas as séries dos ensinos fundamental e médio. E a valorização não é restrita

apenas às aulas de português e literatura: professores de todas as disciplinas e também jovens entre 14 e 24 anos são convidados a participar, desde que as iniciativas inscritas tenham como foco o texto, em suas diferentes formas. Os projetos que valorizam a educação, na rede pública ou privada, podem participar até 17 de julho, concorrendo a um total de R\$ 156 mil em prêmios.

VENCEDORA COMEMORA VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A professora Evaine Célia Desidério foi uma das vencedoras do 2º Prêmio RBS de Educação – Para Entender o Mundo. Com o projeto Vamos Brincar de Poesia?, Evaine, que leciona na Escola Municipal São Francisco, em Luzerna, no Meio-Oeste catarinense, fez com que 80 crianças aprendessem poesia brincando.

Ao desenvolver seu trabalho, poetas como Olavo Bilac, Cecília Meireles e Vinícius de Moraes foram a porta de entra-

da de estudantes no universo da leitura.

– Além de melhorar a fala, leitura e entonação das crianças, a iniciativa melhorou o vocabulário, ilustrações e tornou os alunos mais criativos – diz Evaine.

Mas não apenas iniciativas envolvendo livros ganham destaque: a premiação também abre espaço para quem implementa a tecnologia na escola, utilizando dispositivos digitais, onipresentes na vida dos jovens, para mostrar a eles que na internet, no celular e no computador também se aprende.

– Queremos valorizar todos os bons profissionais e alunos que incentivam as práticas de leitura. Seja em livros, revistas, tablets ou smartphones. Ler é fundamental, independentemente da plataforma – diz Lucia Ritzel, gerente-executiva da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho.

O Prêmio RBS de Educação é uma realização do Grupo RBS e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, com apoio técnico do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Editorial	Data: 05/05/2015
Assunto: Greve		Página: 06

Notícias do Dia

GREVES ESVAZIADAS

A motivação dos sindicatos dos professores estaduais e dos servidores do Judiciário é justa. Defender os interesses de uma categoria, buscar melhor remuneração, planos de carreira, benefícios, é legítimo. Todos os trabalhadores têm o direito a greve, respeitados os limites impostos pela legislação quando se trata de serviços essenciais. Um grupo de trabalhadores da educação está há 40 dias parado; nos órgãos da Justiça, a paralisação, também parcial, chega a 26 dias. Tudo sem avanço, com desgaste para todos.

Passado tanto tempo sem negociações efetivas, é preciso perguntar o que querem, afinal, os líderes de tais movimentos. Do governo, dificilmente terão uma resposta próxima do que reivindicam, por que o Estado está cada vez mais limitado, estrangulado pelas contas que não fecham. Com uma folha de pessoal inchada por décadas de má gestão que criou um passivo impagável pela sociedade. A arrecadação, por mais que cresça, não atende às necessidades de prestar serviços à população nas áreas básicas de saúde,

educação e segurança.

Os efeitos das greves são, na maioria das vezes, inócuos. Quando não agravam os problemas, se encontrarem governantes irresponsáveis, como muitas vezes ocorreu. Então nada pode melhorar? Sim, pode. O poder público e os representantes de cada categoria do funcionalismo podem encontrar saídas que ajustem o tamanho da folha à realidade de cada Estado. Mas, antes de tudo, precisa haver boa vontade e transparência – e de ambos os lados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 05/05/2015
Assunto: Negociações		Página: 02

Notícias do Dia

Cabo de guerra

Enquanto governo e Sinte alegarem a mútua intransigência, nada feito para a sociedade ver resolvida a greve do magistério. A Secretaria da Educação afirma que fez muitas concessões, mas descontou os dias parados de quem aderiu ao movimento. O Sinte, por sua vez, repete o mesmo discurso de que não vê avanços no que o governo oferece, porém, antes mesmo de conversar sobre o futuro, o projeto da nova carreira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 05/05/2015

Assunto: Negociações

Página: 09

Notícias do Dia

Sindicato cancela assembleia

O Sinte (Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado) anunciou, ontem, o cancelamento da assembleia da categoria, agendada para amanhã, às 14h, no CentroSul. Em vez de decidir sobre a greve, os professores vão protestar, no mesmo dia e horário, na praça Tancredo Neves. Segundo os professores, não há itens para serem votados. A categoria não aceita a vinculação da negociação com o fim de greve, proposta pelo governo, e quer garantias do Estado para voltar às aulas. Segundo o Sinte, são 8.700 professores em greve, 25% dos servidores da Educação. Já a Secretaria de Educação aponta que 11% estão parados.

A decisão do sindicato é uma resposta do comando de greve ao documento enviado pela Secretaria da Educação na última quinta-feira. Assinado pelo secretário Eduardo Deschamps e pelo coordenador executivo das negociações, Décio Vargas, o documento afirma que o governo aceita criar a mesa de negociações solicitada pelo sindicato e discutir os quatro itens propostos pela categoria – entre eles o pagamento do reajuste de 13,01% do piso nacional à carreira. O problema é que o governo vincula essa negociação ao fim da greve. “Nossa proposta não está vinculada à suspensão da greve, porque entendemos que negociação se faz em greve. O governo precisa rever seu conceito”, disse o presidente do Sinte, Luiz Carlos Vieira.

A categoria exige garantias do governo para atender os quatro itens propostos pelo Sinte em documento enviado à Secretaria de Educação: criação de mesa de negociações em 30 dias, a anistia das faltas de 2012 a 2015, a revogação do decreto das progressões e o pagamento do reajuste de 13,01% retroativo a janeiro deste ano. “Queremos garantias concretas de que estes itens serão atendidos. Propostas não convincentes não caracterizam negociação. Essa é uma prática do governo desde 2011, que não vamos aceitar”, apontou Vieira.

Enquanto aguarda nova sinalização do governo, o Sinte mantém a ocupação feita pelos professores na Assembleia Legislativa e deve entregar amanhã um documento oficial à Secretaria de Educação com a re-

Poucos avanços após 40 dias

A greve dos professores no Estado se iniciou no dia 24 de março, tendo como principal reivindicação o plano de carreira do magistério. A primeira ação da categoria foi a ocupação da Assembleia Legislativa por dois dias para pedir a revogação da MP (Medida Provisória) 198, que alterava o salário dos professores admitidos em caráter temporário. No dia 7 de abril, a MP foi retirada de pauta pelo governo.

Depois disso, a proposta do novo plano de carreira foi entregue ao sindicato, que avaliou o documento e, após assembleia da categoria no dia 14 de abril, decidiu manter a greve. O Sinte não aceita a incorporação da gratificação de regência de classe proposta pelo governo e cobra o reajuste de 13,01% do piso nacional na carreira.

Já o governo, além de readequar o reajuste dos professores temporários, se compromete a descompactar a tabela salarial, mas resiste em dois itens considerados essenciais pelo sindicato. Alega não haver orçamento para reajustar o piso para toda a carreira, uma vez que a folha do Estado está no limite prudencial, e sugere a incorporação da regência de classe, medida adotada pela maioria dos Estados brasileiros.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

OS DOIS LADOS

Grevistas e secretaria discutem pedidos

Reivindicações do Sinte

- Mesa de negociações que não ultrapasse 30 dias
- Anistia das faltas de 2012 a 2015
- Pagamento do reajuste de 13,01% do piso na carreira retroativo a janeiro deste ano e o não envio do projeto do novo Plano de Cargos e Salários à Assembleia Legislativa enquanto durarem as negociações. Dentro do Plano, o Sinte não aceita a incorporação da regência de classe ao salário
- Revogação do decreto das progressões da carreira, 3593/2010 (incremento salarial mediante capacitação profissional). Conforme o Sinte, as progressões foram prejudicadas com o decreto. As faltas, mesmo com reposição de aula, acabam sendo descontadas. Assim, os professores demoram mais para progredir na carreira

Propostas do governo

- Aceita instituir mesa de negociações para discutir itens, mas pede prazo de 30 dias, prorrogável para mais 30 a partir da primeira reunião da mesa, para calcular o impacto financeiro das propostas do Sinte
- Se compromete em não enviar o projeto do Plano de Cargos para à Assembleia enquanto negociar
- A secretaria afirma que a "normalização das atividades escolares, com vistas à manutenção integral do serviço prestado, é condição essencial para a retomada das negociações"



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 05/05/2015
Assunto: Negociações		Página: 23

Notícias do Dia

E agora?

O governo não confia no Sinte e o Sinte não confia no governo. Resultado de tanta desconfiança: a paralisação continua. Consequência: os estudantes que se danem... terão que repor aulas... Absurdo isso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 05/05/2015
Assunto: Udesc		Página: 23

Notícias do Dia

Descontentamento

Servidores e professores da Udesc realizam hoje pela manhã, na Assembleia, uma manifestação, pois continuam aguardando a aprovação da reposição salarial com base na inflação. O projeto de lei do valor referencial de vencimento, próximo dos 7%, segundo alegam, está atrelado à ampliação de cursos, exigência de parlamentares. O que não tem nada a ver uma coisa com outra...



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 05/05/2015
Assunto: Política		Página: 23

Notícias do Dia

INTERESSES

Há um movimento "surdo" dentro do governo com atenções voltadas a Secretaria da Educação. O interessado é o PMDB, que perdeu o Deinfra e a Saúde, onde tinha acesso livre a tudo. Quer a educação e começou com o secretário Deschamps sendo o alvo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 05/05/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



Sinte transforma assembleia em ato público

Diretoria do Sinte decidiu cancelar a assembleia estadual marcada para quarta-feira, as 13,30 horas, no Centrosul. Vai realizar um ato público na Praça Tancredo Neves.

Anúncio feito pelo coordenador do Sinte, professor Luiz Carlos Vieira, depois que o comando de greve rejeitou a proposta de retomada de negociações feita pelo governo estadual. Motivo: havia condição de retomar só com o fim da greve dos professores.

Vieira enfatizou que os professores lutam por suas conquistas, não querem perder seus direitos e que nada tem a ver com os problemas políticos dentro e fora do governo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 05/05/2015
Assunto: Fies		Página: Online

EM JORNAL E SERVIÇO DE PRESSA F. X. W. WWW.FOLHA.COM.BR
FOLHA DE S. PAULO

Sem recursos, reabrir inscrições do Fies seria inútil, diz ministro

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, disse nesta segunda-feira (4) que vai recorrer da decisão da Justiça Federal que determinou que sejam prorrogadas as inscrições para alunos que queiram ingressar pela primeira vez no Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

"Entendemos que, não havendo mais recursos, a reabertura do sistema seria inútil", afirmou, após anunciar que os R\$ 2,5 bilhões previstos para os novos contratos foram esgotados.

As inscrições para o Fies no primeiro semestre deste ano terminaram na quinta-feira (30). Ao todo, foram aprovados 252.442 novos financiamentos em instituições privadas de ensino superior.

Editoria de Arte/Folhapress

O número de alunos que buscaram vagas no Fies, no entanto, foi ainda maior –cerca de 500 mil, segundo o secretário-executivo da pasta, Luiz Cláudio Costa.

Para os estudantes que já possuem o financiamento e precisam renová-lo, as inscrições seguem até 29 de maio. De 1,9 milhão de contratos ativos, cerca de 148.757 não foram renovados até o momento.

Segundo o MEC, todos os contratos ativos serão aditados. A previsão é que eles custem R\$ 15 bilhões para a pasta.

No ano passado, o Fies teve um orçamento total de R\$ 13,7 bilhões. Em 2014, foram 732 mil novos contratos, realizados ao longo de todo o ano –destes, cerca de 480 mil foram realizados no primeiro semestre.

NOVAS INSCRIÇÕES

Uma nova etapa de inscrições no Fies neste ano, porém, ainda está pendente. De acordo com o ministro, ainda não é possível prever se haverá abertura de mais vagas no segundo



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

semestre, como ocorre tradicionalmente. A liberação dependerá de novos recursos no orçamento.

Sem definição, estudantes que não conseguiram se inscrever no Fies neste primeiro semestre podem tentar vagas por meio de outros programas, como o Prouni, afirma o ministro.

Janine diz ainda que a pasta estuda integrar as inscrições para o Sisu, Prouni e Fies nas próximas etapas. "O aluno se inscreve no Sisu, por exemplo. Se não conseguir essa vaga, ele tem a opção de simplesmente tocar em alguns botões e fazer a inscrição no Prouni, e se não conseguir a bolsa, pode então tentar o Fies", disse.

Ele também defendeu as mudanças ocorridas neste ano no processo de seleção do Fies, como a exigência de desempenho mínimo no Enem e rigor maior sobre a qualidade dos cursos financiados. E disse que outras, como a possibilidade de criar um teto de vagas por curso, estão em estudo.

"Temos agora cerca de 50 mil financiados para o Fies em cursos muito bons. Também restringimos a candidatura a partir do desempenho no Enem em redação. Não faz o menor sentido dar recurso público para uma pessoa que teve zero na prova de língua pátria", afirmou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 05/05/2015
Assunto: Prêmio Construindo A Nação		Página: Online



Prêmio "construindo a nação" traz novidades no seu 15º ano consecutivo

Promovido pelo Instituto da Cidadania Brasil, o Prêmio estimula e reconhece projetos de cidadania realizados por estudantes de escolas públicas e privadas de todo o Brasil. A partir desta edição, prêmio no valor de R\$ 10 mil reais revertidos em benefícios para a agremiação vencedora

São Paulo, abril de 2015 - O "Prêmio Construindo A Nação" é uma iniciativa do Instituto da Cidadania Brasil que tem por objetivo reconhecer e difundir ações sociais realizadas por escolas da iniciativa privada e da rede pública e seus alunos, que tenham como agentes os próprios estudantes. O prêmio tem parceria de realização da Fundação Volkswagen.

Após 14 anos de implementação do projeto de Premiação Construindo a Nação, em todas as modalidades de ensino, que abrangeu neste período 26 estados e Distrito Federal, com a participação de 8.160 escolas, mobilização de 6.528.000 estudantes, beneficiando com suas praticas sociais em média 32.640.000 pessoas das comunidades do seu entorno, o Instituto da Cidadania Brasil redireciona sua abordagem junto às escolas.

A partir de 2015, o projeto ganha novo nome "Prêmio Construindo a Nação A Vez dos Grêmios - A Vez dos Estudantes" e privilegia as práticas desenvolvidas pelas agremiações estudantis das escolas da rede pública e privada dos estados brasileiros que aderirem ao projeto, enfocando temas e práticas relacionados às demandas sociais de sua comunidade interna ou externa à escola.

"Trabalhar com agremiações estudantis, representa, para nossa entidade, um novo e estimulante desafio, principalmente pelo vínculo direto da cidadania através do empreendedorismo juvenil, fortalecendo o desenvolvimento do projeto Construindo a Nação, agora voltado diretamente aos estudantes. Por isso, serão utilizados instrumentos metodológicos voltados à participação e interatividade à distância, com suporte técnico a cada grupo inscrito, com apoio e parceria de gestores, professores, pais, colaboradores e financiadores locais", fala Paulo Saab, presidente do Instituto.

Todos os estados brasileiros e Distrito Federal poderão aderir ao projeto e a abrangência do prêmio será de caráter nacional, sendo que as agremiações competirão entre si independentemente do estado de origem. A duração do projeto será de 09 meses: de abril a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

dezembro de 2015. Todos os projetos respeitam o princípio de melhoria ou resolução de problemas nas comunidades onde se inserem essas escolas, dentro de temas relevantes para a vida de todos os envolvidos, alcançando situações sociais, educativas, culturais, de saúde, preservação ambiental, sustentabilidade, entre outros, que possam ser beneficiados pela participação de jovens brasileiros em idade escolar. Este ano, uma única escola será vencedora e ganhará R\$ 10 mil para serem revertidos em equipamentos eletrônicos que facilitem a comunicação das agremiações com seu público.

Para conhecer os quesitos básicos e regulamento, entre no site do Instituto Cidadania que oferece todos os detalhes do prêmio: www.institutocidadania.org.br. A escolha de quais equipamentos será feita pelos estudantes participantes da prática vencedora em fórum específico. A premiação será realizada na própria escola de origem da agremiação em questão, com a presença de gestores, professores, autoridades locais, parceiros e realizadores do projeto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 05/05/2015
Assunto: Pátria Educadora		Página: Online



Documento Pátria Educadora não tem como base o PNE

O documento Pátria Educadora: A Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional terá que ser modificado para que possa ser implementado no país, segundo entidades que atuam no setor.

O documento, que foi elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), apresentado a um grupo de especialistas em São Paulo e posteriormente debatido na Câmara dos Deputados, é uma versão preliminar. Mesmo assim, causou estranheza entre os que tiveram acesso a ele. Um dos motivos é não ter como base o Plano Nacional de Educação (PNE).

Para o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, o Pátria Educadora precisa contemplar o PNE, sancionado no ano passado, sem vetos, pela presidenta Dilma Rousseff. O PNE prevê metas para a educação para os próximos dez anos, desde o ensino infantil à pós-graduação, incluindo a formação e valorização dos professores e a destinação de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano para o setor no final da vigência.

"O documento ainda precisa ter diálogo com o PNE, essa era a nossa expectativa, quando Dilma anunciou o Pátria Educadora", diz. "Para dar certo, o PNE depende fortemente da implementação inicial. Precisa que o projeto seja bem implantado para continuar crescendo e esses quatro primeiros anos têm demandas centrais que precisam ser desenvolvidas para que dê certo".

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, concorda com Daniel Cara. "[O Pátria Educadora] é um documento muito complicado. Alguns temas não têm relação com o PNE. Propõe carreira para professores enquanto o PNE fala também dos demais profissionais", diz.

O Pátria Educadora elenca uma série de ações para que o slogan do governo seja colocado em prática. Entre elas está o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) online, a utilização de tecnologias, sobretudo vídeos e softwares interativos, em sala de aula, a criação de centros de qualificação avançada para formar professores e de uma variante do Programa Universidade para Todos (ProUni), o Profaped, que se destinará a conceder bolsas de estudo a estudantes que ingressem nos cursos de pedagogia e de licenciatura.

"Revisei o documento e a grande dúvida que ficou é: que lugar esse documento ocupa na política nacional de educação? Qual o propósito desse esforço fora do MEC [Ministério da Educação]?", questiona a coordenadora-geral do movimento Todos pela Educação, Alejandra Velasco.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O documento foi enviado a especialistas por e-mail com uma mensagem do ministro da SAE, Mangabeira Unger, que diz que o texto foi elaborado a pedido da presidenta Dilma. Estabelece ainda que os diretores de escolas com desempenho insatisfatório receberiam apoio e orientação. Em último caso, seriam afastados e substituídos. O texto propõe também a criação de escolas federais de referência, as escolas Anísio Teixeira, que servirão como "espaço privilegiado para o experimentalismo pedagógico"

"Essas escolas teriam um processo de seleção rigorosa. A gente já sabe, já debateu, é ponto pacífico [entre especialistas] essa ideia de que escolas federais são ótimas. A gente sabe que são ótimas porque a clientela é ótima, porque os alunos já são selecionados. O professor médio não encontra essas condições. Como faz para lidar com diferentes perfis de alunos? Lidar com diferentes níveis de aprendizagem, com bagagem de nível socioeconômico? Essa é a dificuldade. Surpreende um pouco esse tipo de proposta", analisa Alejandra.

Mangabeira escreveu aos especialistas e entidades alguns dias depois para esclarecer "algumas divergências". Em relação ao PNE, diz que é uma "lei-arcabouço". "[O PNE] fixa metas e define procedimentos. Invoca conceitos abstratos como o do regime de cooperação dentro da Federação sem dar-lhes conteúdo institucional. A proposta preliminar da Pátria Educadora começa a dar conteúdo a estas diretrizes. Demarca trajetória para transformá-las em realidade".

Procurado, o MEC diz que está "debruçado sobre as metas do PNE". "Qualquer contribuição é bem-vinda, seja da sociedade, governo, entidades".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 05/05/2015
Assunto: FIES		Página: Online



MEC diz que irá recorrer de decisão que prorroga prazo do Fies

O Ministério da Educação (MEC) informou que, assim que for notificado, vai recorrer da decisão da Justiça Federal de Mato Grosso que determinou a prorrogação do prazo de inscrição para novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O juiz federal Raphael Cazelli de Almeida Carvalho acatou, na sexta-feira, em parte, uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública da União solicitando "o imediato destravamento do SisFies [Sistema Informatizado do FIES], utilizado para realizar as inscrições para novas contratações" ou a imediata "disponibilização de meio alternativo de efetivação de inscrição no Fies".

A ação foi motivada pela grande quantidade de alunos que não conseguiram efetivar a inscrição devido a mensagens constantes de erro no sistema.

Em sua liminar, Cazelli determinou que a União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) prorroguem o prazo de inscrição por tempo indeterminado para os alunos que tentavam ingressar no programa pela primeira vez e que também corrijam o funcionamento do SisFIES.

O juiz determinou, ainda, multa diária de R\$ 20 mil caso o governo não cumpra a prorrogação do prazo. A medida vale para todo território nacional até nova decisão judicial.

Para o juiz, a ausência de inscrição no programa obrigaria os estudantes a assumir o custo total das mensalidades, "podendo acarretar na desistência do curso, constrangimentos contratuais perante as IES [Instituições de Ensino Superior], dificultando, senão inviabilizando, a continuidade do curso."

O prazo para a adesão ao Fies terminou dia 30 de abril.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 05/05/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



SANTA CATARINA



Professores de SC recusam proposta do governo para encerrar greve

Em resposta a ofício, Secretaria condicionou negociações a volta às aulas. Sinte-SC diz que cancelará assembleia caso governo não dê 'garantias'.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC) informou na tarde desta segunda-feira (4) que rejeitou a resposta do governo a um ofício enviado na semana passada, onde constavam quatro pontos para a retomada das negociações.

A greve começou no dia 24 de março, mas as manifestações se iniciaram um mês antes. A principal reivindicação é o plano de carreira da categoria.

O documento protocolado pelo Sinte no último dia 28 tinha os seguintes pontos: a instituição de uma mesa de negociação que não ultrapasse 30 dias, período em que nenhum projeto de lei deverá ser levado à Assembleia legislativa; a anistia de todas as faltas de 2012 a 2015; a revogação do decreto 3593/2010; e o pagamento do reajuste de 13,01% na carreira, retroativo a janeiro de 2015.

Na resposta, enviada ao Sinte na última quinta-feira (30), o governo afirma concordar com a criação de uma mesa para discutir os demais itens listados no ofício, mas condiciona a retomada das negociações ao retorno dos professores às salas de aula. Segundo o documento, a proposta da nova carreira “está em desenvolvimento” na Secretaria de Estado da Educação.

“O governo não sinalizou com proposta nenhuma. Não aceitamos essa negociação na forma como está proposta”, diz Luiz Carlos Vieira, presidente do Sinte. Ele diz que vai esperar uma nova sinalização do governo.

“Ou eles nos dão algumas garantias ou nem vamos chamar a assembleia estadual marcada para quarta-feira (6)”, afirma. Vieira diz que o documento com a recusa da proposta será entregue ao governo na quarta-feira.

Ocupação da Alesc

Desde o dia 28 de abril, professores estaduais voltaram a ocupar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), em protesto. Nesta segunda (4), um grupo de cerca de 100 pessoas continuava no local, segundo a assessoria de imprensa da Casa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Esta é a segunda vez, que os professores dormem na Alesc. No início de abril, os grevistas fizeram o mesmo tipo de protesto. Eles dormiram no saguão da assembleia nas noites dos dias 7 e 8 de abril e saíram no dia 9, quando o governo anunciou a revogação da Medida Provisória 198/2015, que foi revogada. Ela alterava a forma de pagamento dos professores temporários.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 05/05/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



Professores rejeitam pedido do governo estadual para o fim da greve

O comando do movimento grevista do magistério público estadual de Santa Catarina esteve reunido na manhã desta segunda-feira (4) para avaliar o ofício encaminhado pelo governo do Estado na semana anterior. A decisão, conforme a direção do Sindicato dos Trabalhadores na Educação (Sinte/SC), foi de cancelar a assembleia geral que estava agendada para o próximo dia 06. O Sinte/SC afirma que o encaminhamento já era previsto, tendo em vista que a categoria não concorda com a posição do governo de manter a exigência do fim da greve para abrir as negociações.

Em substituição à assembleia, os servidores irão realizar um ato estadualizado na mesma data, (06 de maio), na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia Legislativa. O objetivo é pressionar pela abertura das negociações. A expectativa é de que neste ato estejam presentes professores de todas as regionais do Sinte/SC.

A direção do Sindicato entende que a greve é o mecanismo utilizado por toda e qualquer entidade sindical para abrir negociação. Em nota publicada na tarde desta segunda, o Sinte afirma que enquanto a categoria não tiver garantia de atendimento mínimo das reivindicações dos trabalhadores a greve será mantida.

Números

Conforme o Sindicato, o número de professores em greve é de 25% a 30%. O grupo segue reivindicando os itens previstos no último ofício enviado ao governo: anistia das faltas de 2012 a 2015, revogação do decreto das progressões, que seja efetuado o reajuste de 13,01% na carreira retroativo a janeiro.

Alguns professores permanecem nas dependências da Alesc como forma de protesto e não têm previsão para deixarem o local.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 05/05/2015
Assunto: PNE		Página: Online



PASSO A PASSO PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

Estados e municípios têm até 25 de junho para fazer ou adequar seus planos; confira quatro sites que podem ajudar o gestor nessa tarefa

Fonte: Revista Escola Pública

Estados e municípios têm até 25 de junho para elaborar seus planos de educação. Até agora, apenas 76 dos 5.570 municípios brasileiros e três das 27 unidades da federação tiveram seus planos sancionados. Os documentos devem estar alinhados com o Plano Nacional de Educação (PNE), mas precisam partir principalmente do diagnóstico da realidade local e ousar quando a meta nacional for pouco ambiciosa dentro do contexto da região.

Durante debate realizado na sede do Todos Pela Educação, em São Paulo, Flávia Nogueira, diretora da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE-MEC), pontuou que apesar de o prazo de entrega ser curto, a orientação é que estados e municípios não pulem nenhuma etapa na construção dos planos. “A gente precisa ter um trabalho ágil, mas que não pode ser aligeirado. Temos que construir um plano que reflita a realidade dos municípios, que realmente tenha sentido e não seja apenas um plano de gaveta”, ressalta.

Para isso, a educadora destaca as cinco etapas que os municípios devem seguir (confira o quadro no fim da matéria). A primeira delas é a instituição de uma comissão representativa da sociedade. “Orientamos que exista uma equipe técnica também que possa ir em busca de informações e caminhe junto com essa comissão”, aconselha. A partir desse momento, as duas equipes devem fazer um diagnóstico da realidade local e um documento base, que deve conter uma análise e uma proposição de metas em consonância com o PNE.

A terceira fase é a consulta pública, etapa que, na opinião da diretora, é fundamental uma vez que qualifica o texto inicial criado pela comissão. Após todas essas contribuições, vem a elaboração do projeto de lei e, por fim, sua tramitação no legislativo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Apesar da pequena quantidade de municípios com planos sancionados, Flávia se mostra otimista em relação ao cumprimento do prazo. Segundo dados do site do Ministério da Educação (MEC), 248 municípios têm seus projetos de lei elaborados; 280 estão em fase de consulta pública e mais de 2,9 mil já fizeram seus diagnósticos e estão com o documento base pronto.

Desafios

Uma vez que todos os municípios tiverem esses documentos prontos, no entanto, um novo desafio se impõe: como fazer dos planos de educação instrumentos efetivos para o salto da qualidade educacional? Na opinião de Gelcivânia Mota Silva, Dirigente Municipal de Educação do município de Serrinha, na Bahia, e Presidente da UNDIME/Bahia, uma das maiores dificuldades dos gestores é a articulação, tanto das metas com os programas de educação já existentes, quanto com outras áreas, como assistência social e saúde.

É necessário que o dirigente municipal de educação ao elaborar o plano articule suas metas com o Plano Plurianual (PPA), Plano de Ações Articuladas (PAR) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), além das outras políticas sociais que vão ajudá-lo a ter um diagnóstico do município”, observa. A educadora esclarece que muitas vezes os secretários de educação não têm conhecimento sobre a LDO porque cuidam apenas das políticas educacionais e deixam os recursos financeiros a cargo de outra pessoa. “Se não houver essa articulação com o secretário de finanças, como é que vai se prever uma meta dentro de determinado orçamento?”, questiona.

Gelcivânia destaca também a dificuldade de diálogo com alguns prefeitos que desconhecem a importância dos planos e lembra que o cumprimento de diversas metas implica na contratação de novos profissionais. No entanto, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina um limite de gastos com pessoal, muitos municípios se veem impossibilitados de ampliar a contratação.

Já Ananda Grinkraut, assessora do Programa Diversidade, Raça e Participação da Ação Educativa e coordenadora da iniciativa De Olho nos Planos, ressalta a importância da gestão democrática e da participação da sociedade civil por meio de processos periódicos. “Entendemos que a participação tem de ser um eixo estruturante da elaboração e revisão do plano. Ela não deve ser apenas um momento do processo, mas passar por todas as etapas”, defende.

Outro ponto discutido é que a participação deve estar aberta a outros sujeitos que não os do campo educacional. Contudo, Ananda aponta que há uma forte desqualificação das famílias como atores do processo, sobretudo famílias pobres e negras, além de existir o predomínio de uma visão de família idealizada.

Sobre a questão do financiamento, Ananda observa a dificuldade de planejar sem saber quais os recursos necessários e com quais recursos os municípios contarão para implementar seus planos. Por fim, ela lembra que o processo não pode se restringir à elaboração e revisão e que a forma como se desenvolve esse processo impacta profundamente a implementação do plano de educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Conheça sites que ajudam os gestores na elaboração dos planos de educação

De Olho nos Planos

O Portal de Olho nos Planos disponibiliza documentos de referências e materiais sobre processos participativos na elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Além disso, na plataforma De olho no Mapa, os gestores podem registrar informações sobre os procedimentos adotados durante o desenvolvimento ou revisão dos planos em suas cidades.

Rede De Olho nos Planos

A plataforma colaborativa faz parte da iniciativa De Olho nos Planos e funciona como uma rede social que permite o compartilhamento de conteúdo em diversos formatos.

Conviva Educação

Plataforma que contribui com os processos de gestão das Secretarias Municipais de Educação. Existe uma ferramenta exclusiva para o registro da construção e monitoramento dos planos municipais de educação. A plataforma indica também quais são os dados que podem ajudar no desenvolvimento do diagnóstico do município.

PNE.MEC

Portal do Ministério da Educação que traz informações sobre o Plano Nacional de Educação e orientações para a construção dos planos regionais.

Passo a passo para elaboração dos planos

1. Definir responsabilidades:

- Instituir comissão municipal com representatividade da educação de todo território
- Designar equipe técnica para subsidiar a elaboração do diagnóstico (dados estatísticos contextualizados)

2. Elaborar documento base: sistematizar documento contendo as metas e estratégias do PNE, com metas e estratégias municipais para serem discutidas com a comunidade local, incluindo apresentação do município e o diagnóstico de cada meta.

3. Promover um amplo debate: participação da sociedade local na definição das metas e estratégias, por meio de Conferência Municipal de Educação

4. Redigir o Projeto de Lei: revisar o texto aprovado na conferência e formatar em PL para encaminhamento ao Legislativo pelo Executivo

5. Acompanhar tramitação na Câmara: verificar prazos e discussões até a aprovação pelo Legislativo e envio ao Executivo para sanção e publicação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

*Informações retiradas da apresentação da professora Gelcivânia Mota Silva,
presidente da UNDIME/Bahia



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 05/05/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



'NÃO SE PODE BATER EM QUEM ENSINA NOSSOS FILHOS', DIZ MINISTRO DO MEC

Renato Janine Ribeiro disse ao G1 que reação da PM do PR foi 'chocante'. Ministro diz que MEC não pode interferir mas pode mediar negociação

Fonte: G1

protesto de professores da rede estadual em greve.

"Há muito tempo não via fotos de professores feridos, e de tantos professores feridos", afirmou o ministro em entrevista exclusiva ao G1, em São Paulo. "Não se pode bater em ninguém, muito menos nos professores que ensinam os nossos filhos."

Janine Ribeiro explicou que o Ministério da Educação não tem autoridade para dar ordens nas redes municipais e estaduais, a não ser em caso "muito gritante" de descumprimento das normas. Mas, segundo ele, o MEC está à disposição para atuar como mediador da negociação entre o governo estadual e o sindicato de professores, se houver interesse.

O ministro disse ainda que, no âmbito federal, há metas de curto e médio prazo previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) para obrigar as redes a aplicarem o piso salarial nacional da categoria, e a criar planos de carreiras para incentivar a permanência dos professores nas escolas públicas.

Veja a seguir trecho da entrevista concedida pelo ministro:

O que o senhor acha sobre a reação da Polícia Militar do Paraná ao protesto dos professores em greve na quarta-feira?

Muito chocante. É muito chocante, há muito tempo não via fotos de professores feridos, e de tantos professores feridos. Veja, o MEC tem uma política de colaboração com estados e municípios, para a definição dos pontos comuns. O MEC não dá ordem para estados e municípios. Então quando você tem uma campanha salarial, discussões, o MEC não tem como intervir, não tem como opinar a não ser que seja um caso muito gritante, descumprimento de normas muito fortes.

Agora, na hora em que a violência entra em cena isso muda de figura. Não se pode bater em ninguém, muito menos nos professores que ensinam os nossos filhos. Que exemplo é dado quando você tem pessoas que têm um papel praticamente de extensão



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

da família, de substituição em relação à família, que têm que então, ser respeitadas, antes de mais nada, quando a polícia os espanca? E machuca nessa quantidade

Então isso foi muito chocante.

Já manifestamos essa opinião várias vezes. Ao mesmo tempo, nós nos colocamos à disposição do governo do estado [do Paraná], se ele quiser reabrir as negociações, porque tem que parar a violência, tem que voltar a conversa.

Tem sido uma constante as greves de professores, e isso acaba afetando a ponta final, que é o aluno. Como isso pode ser revertido futuramente?

Tem dois grandes pontos que estão previstos no Plano Nacional da Educação [PNE], e que devem equacionar isso muito melhor.

Um é realmente implementar o piso salarial de docentes, fixado em lei federal, mas que nem todos os estados até agora implantaram.

Dois, criar o plano de carreira dos servidores, professores municipais e estaduais, porque a maior parte dos casos não tem planos de carreira, alguns tem plano de carreira inconsistente, que cria problemas. Então tem várias discussões.

Quais seriam?

Por exemplo: se deve entrar com um piso muito baixo, depois vai progredindo até ter um salário alto na hora da aposentaria, o que desincentiva o ingresso, mas incentiva a permanência, por paradoxal que seja. Você tem um salário baixo pra entrar, mas depois tem todo o incentivo a ficar fidelizado à rede. Versus a ideia de você ter um piso inicial mais alto, competitivo no mercado, e um salário de aposentadoria que será um progresso em relação ao inicial, mas não será o dobro, o triplo, digamos.

Você tem duas filosofias aí, e nós temos que discutir muito isso, porque pela lei do PNE, daqui a um ano e dois meses, todos os municípios e estados teriam que ter implantado isso.

E um terceiro ponto do plano nacional: eu falei do piso e do plano de carreiras, mas o terceiro ponto é a meta 17 do PNE, que fala em até 2020 fazer que o salário dos professores da rede básica pública iguale o salário das pessoas que tiveram a mesma escolaridade, quatro anos de ensino superior, e que hoje ganham 38% mais que os professores. É outro gigantesco incentivo negativo pra você ser professor.

Então nós temos três metas, são ambiciosas, mas são justas. Você tem que ter uma valorização do professor. Essa valorização passa por essas medidas de salário, de reposição salarial, e passa também pelo respeito pelo professor, o que não aconteceu nos atos de violência que aconteceram no Paraná.

A posição que o MEC tem então é se colocar à disposição para mediar o diálogo entre as duas partes?

Se quiserem, se quiserem faremos o possível para baixar a temperatura e voltar com o clima de negociação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Fies

Janine Ribeiro, afirmou ainda que, a partir do segundo semestre, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) "deixa de ser disputa pela ordem, quem chega primeiro leva, quem chega no fim não consegue". O ministro afirmou que o novo modelo do programa será semelhante a outros, como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que usam critérios de avaliação acadêmica, de localização e condições socioeconômicas para selecionar estudantes



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 05/05/2015
Assunto: Greve		Página: Online



PROFESSORES DA REDE PÚBLICA FAZEM GREVE EM CINCO ESTADOS

Categoria paralisou atividades em SP, PA, SC, PE e PR. Profissionais pedem revisão no plano de cargos e salários

Fonte: G1

Os professores da rede pública fazem greve em cinco estados do país. Além de São Paulo, onde a mobilização teve início no dia 13 de março, a categoria também paralisou as atividades em Pernambuco, Pará, Paraná e Santa Catarina.

As reivindicações incluem a revisão do plano de cargos e salários, melhores condições de trabalho e reajuste de vale-alimentação.

Pará

A greve dos professores no Pará teve início em 25 de março. A categoria reivindica pagamento do piso salarial nacional, de R\$ 1.917,78, e o cumprimento do plano de carreira unificado com outras profissões do estado.

Eles reclamam ainda da falta de concursos para a contratação de novos professores. Os docentes querem também reajuste do vale-alimentação e melhorias, como a reforma e construção de mais escolas.

Segundo o governo, a folha de pagamento dos professores de abril será fechada de acordo com a última proposta apresentada nas negociações, que prevê uma lotação de 220 horas por professor, sendo 150 dentro de sala de aula e mais 70 horas suplementares.

Foi proposto ainda o pagamento dos retroativos dos meses de janeiro a março deste ano, em quatro parcelas. O valor, que chega ao montante de R\$ 100 milhões, seria pago em duas parcelas ainda em 2015 (agosto e novembro) e duas em 2016 (março e agosto).

Atualmente, 1.054 escolas atendem a cerca de 700 mil estudantes no sistema de ensino estadual do Pará. O Comando de Greve avalia que a paralisação atinge 94% das escolas da rede estadual, sendo que mais de 120 municípios aderiram à greve.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo os professores, determinados itens da pauta de reivindicação permanecem pendentes. Os professores querem que o governo apresente melhorias nas propostas até então apresentadas para que haja de fato avanços na negociação.

Paraná

Os professores estão em greve no estado há seis dias. Uma assembleia marcada para terça-feira (5) deve definir sobre a continuidade ou não da mobilização. Quase um milhão de alunos estão sem aula por causa da paralisação.

Nesta sexta, a categoria fez uma passeata contra o confronto que terminou com mais de 200 feridos na quarta-feira (29). Os professores se concentraram na Praça 19 de Dezembro e seguiram em direção ao Centro Cívico.

De acordo com Hermes Leão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública (APP-Sindicato), 10 mil pessoas participaram do protesto. Já a Polícia Militar (PM), contabilizou três mil participantes.

Os professores são contra a aprovação do projeto de lei que promove mudanças no custeio da ParanaPrevidência, o regime próprio da Previdência Social dos servidores paranaenses. A proposta foi sancionada pelo governador Beto Richa (PSDB) na quinta (30). Com a sanção, a lei entra em vigor assim que publicada em "Diário Oficial", o que deve ocorrer nos próximos dias, segundo o governo.

Pernambuco

A greve já dura 21 dias no estado. Na quinta-feira (30), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) fez uma assembleia com a categoria, que chegou a interromper o trânsito em ruas do centro da cidade.

A categoria deve voltar a se reunir em assembleia na próxima segunda-feira (4), às 14h, no Centro de Convenções. Os professores reivindicam aumento de 13,01% para toda a categoria.

A proposta do governo estadual é aumentar o salário dos profissionais com ensino médio (antigo magistério), o que corresponde a 10% da categoria.

Santa Catarina

Mais de 50 pessoas passaram a noite acampadas na Assembleia Legislativa, em Florianópolis. Desde terça (28), alguns grevistas dormem no saguão da Alesc.

A greve teve início no dia 24 de março e, segundo o sindicato, a adesão é de 30% dos professores.

Já o governo afirma que apenas 10% dos profissionais estão em greve.

A categoria reivindica principalmente o plano de carreira do magistério estadual e mudanças na lei que trata dos direitos dos professores temporários. O governo apresentou uma proposta, que foi rejeitada pelos grevistas. Entenda melhor as reivindicações aqui.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

São Paulo

A greve em São Paulo foi declarada no dia 13 de março. Na quinta-feira, a Apeoesp informou que entrou com pedido de dissídio coletivo no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Uma audiência de conciliação foi agendada para a próxima semana.

Os professores reivindicam 75,33% para equiparação salarial com as demais categorias com formação de nível superior. Os professores também pedem melhores condições de trabalho.

A Secretaria de Estado da Educação diz ter dado reajuste de 45% no acumulado dos últimos quatro anos. A pasta diz que apresentou três propostas em reunião em 23 de abril, entre elas a manutenção de uma "política salarial pelos próximos quatro anos com data base em 1º de julho".

Entretanto, o governo não deu números e não detalhou qual seria a proposta de reajuste para o dissídio. As outras duas propostas citadas pela gestão do governador Geraldo Alckmin (PSDB) durante a reunião estão contidas em uma proposta de projeto de lei que ainda precisa ser enviado para a Assembleia.

O projeto prevê a inclusão dos professores temporários na rede de atendimento do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) e estabelece a redução da exigência de 200 dias de intervalo a partir do terceiro contrato destes docentes (duzentena).